Mentalize
SOCIOAMBIENTAL



Foto: Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado

Programa de Educação Ambiental (PEA)

OSDUC II, OSDUC IV e GASDUC II
Faixas de Dutos RJ-NF

BR TRANSPETRO

Programa de Educação Ambiental PEA

OSDUC II, OSDUC IV e GASDUC II

Faixas de Dutos RJ-NF

Sumário

Sumário

1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS 5
2. REFERENCIAL TEÓRICO, DIRETRIZES E BASE LEGAL 8
3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA 15
4. PÚBLICO 16
5. DURAÇÃO 19
6. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 19
6.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 20
7. AVALIAÇÃO 20
8. INDICADORES DE EFETIVIDADE E DE EFICÁCIA DO PROGRAMA 24
9. EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO 30
9.1 - Eixo 1: Inserção da Educação Ambiental no contexto escolar 31
Atividade 1: Oficinas sobre conservação da biodiversidade local 31
Atividade 2: visitas orientadas às UCs e RPPNs 32
Atividade 3: Ambientalização curricular e elaboração de projetos pedagógicos escolares 35
9.2 - Eixo 2: Organização e participação social 37
Atividade 1: Oficinas de preparação de conselheiros de UCs 37
Atividade 2: Oficinas sobre os impactos de gasodutos, oleodutos e de outros empreendimentos na região e seus efeitos sobre as UCs 38
Atividade 3: Oficinas sobre associativismo e cooperativismo e apoio técnico para o fortalecimento de associações locais 39
Atividade 4: Oficinas sobre acesso a Políticas Públicas Municipais, Estaduais e Federais 40
9.3 - Eixo 3: Práticas Sustentáveis 41
Atividade 1: Apoio Técnico e fomento a práticas culturais e econômicas sustentáveis a Produtores Rurais 41
Atividade 2: Criação de uma rede de mutirões permaculturais 43
9.4 - Eixo 4: Comunicação Social 44
Atividade 1: Definição da identidade visual do conjunto de materiais produzidos no projeto 46
Atividade 2: Criação de site e de Instagram 46

Atividade 3: Boletins informativos 47
Atividade 4: Vídeo-relatório e spots informativos 48
9.5 RESUMO DOS EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO 49
10. CRONOGRAMA FASE 1 (3 ANOS) 50
11. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA OBRIGATÓRIA** 55
ANEXO I 56
MODELO DE PLANO DE TRABALHO 57

1. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O presente Programa de Educação Ambiental (PEA) diz respeito ao conjunto estruturado de diretrizes, referencial teórico, objetivos, Eixos de atuação no território e atividades necessárias para sua plena realização, com vistas ao atendimento das finalidades mitigadoras da Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Esse modelo de programa segue o padrão utilizado pelo Estado brasileiro na condução de políticas públicas. Enquanto a política pública determina o que cabe ao Estado e à sociedade civil na garantia de um direito reconhecido para o conjunto dos cidadãos e cidadãs, o programa é o instrumento intermediário entre esta e um projeto ou Plano de Trabalho, evidenciando as diretrizes e escopo global a ser respeitado e viabilizado ao longo do tempo.

A existência do presente PEA se justifica no âmbito da política ambiental brasileira, por força das ALAs 55/2010, 127/2010, 128/2010 e 69/2011 emitidas pelo ICMBio para as faixas dos dutos da Transpetro: Oleoduto Cabiúnas - Reduc II (OSDUC II), Oleoduto Cabiúnas - Reduc IV (OSDUC IV), e Gasoduto Cabiúnas-Reduc II (GASDUC II) – Faixas de Dutos RJ-NF.

Seus Eixos de atuação e respectivas atividades foram definidas considerando o acúmulo teórico-metodológico existente acerca da educação no processo de gestão ambiental pública, as orientações normativas e os resultados de pesquisa preliminar organizada em torno de dois produtos: 1) Atualização dos dados secundários disponíveis sobre os principais agentes sociais envolvidos com o território (UCs e seu Núcleo de Gestão Integrada/NGI, ICMBio, Transpetro, universidades, escolas, RPPNs e comunidades com maior grau de vulnerabilidade socioambiental); 2) Realização e consolidação de Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP). Tais resultados de pesquisa foram sistematizados na forma de relatórios.

Antes de detalhar o PEA propriamente dito, é preciso explicar alguns de seus fundamentos, como forma de delimitar expectativas sobre seu alcance e

competência legal e de se entender, em termos práticos, sua função no processo de execução de ações de Educação Ambiental no âmbito das condicionantes de licenciamento ambiental.

Os impactos de um empreendimento licenciado por órgão público ambiental são determinados por estudos ambientais iniciais, que servem de referência para a definição do conjunto de condicionantes a serem cumpridas com vistas à mitigação de tais impactos. Um PEA é uma medida mitigadora de impactos ambientais diretos ou indiretos, que podem ter propriedades cumulativas e/ou sinérgicas. Além de ser exigido no contexto do reconhecimento de impactos ambientais, os PEAs no licenciamento são uma determinação da Política Nacional de Educação Ambiental, cujo escopo é estabelecido pelo órgão ambiental licenciador em função do tipo, alcance, intensidade e complexidade dos impactos existentes e associados a um empreendimento licenciado. Portanto, um PEA não diz respeito à responsabilidade empresarial ou a uma escolha do órgão ambiental sobre quais condicionantes serão exigidas no processo de obtenção de uma licença. É uma obrigação legal a ser cumprida. Nesse contexto, mitigar significa reduzir, minimizar ou prevenir impactos em seus efeitos negativos sobre a biota e sobre as condições de vida de grupos sociais que possuem seus modos de vida afetados com as transformações decorrentes de um ou um conjunto de empreendimentos licenciados. Assim entendida, a mitigação, do ponto de vista da Educação Ambiental ou naquilo que compete a esta, diz respeito à organização dos processos de ensino-aprendizagem e às ações com intencionalidades pedagógicas que favoreçam a autonomia comunitária na gestão territorial e a qualificação para a participação social na gestão ambiental pública, garantindo com que haja uma preparação suficiente para que decisões acerca da conservação da biodiversidade e da proteção ambiental sejam no sentido da justiça socioambiental e da adoção de práticas e políticas públicas sustentáveis.

Posta nesses termos, a finalidade educativa de uma medida mitigadora diz respeito à aquisição de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades

necessárias às transformações territoriais, individuais e coletivas, cabíveis. A aquisição de bens materiais pode ocorrer, mas sempre na condição de meio que viabiliza o ato educativo (como por exemplo, a aquisição de computadores, estruturação de uma sala para fins pedagógicos, melhoria no sinal de internet para trabalhos remotos etc.) e não como finalidade de um PEA ou com um caráter compensatório. A compensação pode existir em um processo de licenciamento, mas por motivos distintos da mitigação e com condicionantes outras que não um PEA. Nessa mesma direção, a incidência em políticas públicas é no sentido de organização e qualificação dos grupos para que estes, de forma livre, possam atuar na vida pública, sem gerar confusão de competências entre entes públicos e empresas. Para ilustrar, não cabe a um PEA asfaltar uma rua ou colocar iluminação e nem cabe a um PEA exigir que o empreendedor o faça. Cabe a este organizar e qualificar para que as pessoas coletivamente saibam os canais para acessar ou cobrar políticas públicas e exercer seu direito junto ao poder público para que estas sejam executadas.

Um outro aspecto fundamental merece detalhamento inicial balizador de expectativas e de compreensão dos ritos do licenciamento. Diz respeito ao que cabe a um PEA e ao que cabe, posteriormente aos seus projetos, que conferem materialidade ao mesmo. Um programa de Educação Ambiental, além de ser um passo para materializar uma política pública, como dito anteriormente, é o organizador dos processos educativos e de ensino-aprendizagem com base nos limites legais da área, e é um estruturador de Eixos ou linhas de ação, como forma de delimitar, integrar e produzir sinergia a um conjunto de atividades que podem ser detalhadas, após a aprovação do programa, por meio de projetos ou Planos de Trabalho que permitem sua realização de fato. No caso do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF, visando maior eficiência e agilidade no processo, o programa já contém detalhamento suficiente para suprimir a necessidade de escrita de projetos, podendo se exigir um Plano de Trabalho por fase nos moldes contidos no Anexo I.

É importante que cada fase tenha começo, meio e fim, ou seja, que o que for planejado e considerado prioritário com base nos Eixos constitutivos do PEA seja exequível, tenha objetivos bem delimitados e possa ser avaliado dentro do prazo que possui para acontecer, como forma de dimensionar a existência ou não de fase seguinte.

O escopo de um PEA pode ser realizado em uma fase ou em várias fases, sendo de competência do órgão ambiental licenciador definir esta condição segundo entendimento que possui dos impactos inerentes à licença ambiental concedida, sua intensidade e complexidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO, DIRETRIZES E BASE LEGAL

Desde a criação do Ibama em 1989 e, posteriormente, do ICMBio em 2007, tem-se a intensificação dos debates e a elaboração de orientações institucionais e normativas variadas de Educação Ambiental no âmbito da gestão ambiental pública[1]. Observa-se, ao longo de mais de três décadas, uma ampla gama de documentos publicados por estes órgãos ambientais federais que tratam da Educação Ambiental, sua concepção, princípios, diretrizes, metodologias e finalidades educativas no cumprimento de suas competências legais.

Nessa trajetória, a Educação Ambiental, promovida no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, destacadamente a Educação Ambiental no licenciamento ambiental e na gestão de Unidades de Conservação – UCs, alcançou uma condição de maturidade institucional e teórico-metodológica que demanda, por parte daqueles que têm o dever de realizá-la, capacidade técnica, competência educativa e conhecimento jurídico, de modo que seja cumprida nos

[1] LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013.
LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. Revista Educ. Pública. Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 105-129, jan./abr. 2014.

termos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei Federal n. 9795/99[2].

As imposições legais contidas na Constituição Federal de 1988 (Inc. VI; § 1º; Art. 225); nas Leis n. 6938/81- Política Nacional de Meio Ambiente (Educação Ambiental como seu 10º Princípio; Art. 2º); na Lei n. 9795/99- Política Nacional de Educação Ambiental (dever dos órgãos do SISNAMA; Inc. III do Art. 3º) e no Decreto n. 4281/2002, que a regulamenta (Inc. II; Art.6º), por sua vez, determinam que o Estado promova ações de Educação Ambiental no contexto de suas incumbências constitucionais para tornar efetivo o direito coletivo ao ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. Portanto, além de instrumento de gestão ambiental pública, o licenciamento ambiental, assim como outros da esfera de Comando e Controle[3], está configurado na legislação como espaço pedagógico potencial. Espaços instituídos pelo ordenamento legal, destinados ao desenvolvimento das capacidades necessárias para que a coletividade cumpra o dever constitucional de proteger e defender o ambiente ecologicamente equilibrado. E é por isso que programas de Educação Ambiental são intrínsecos ao licenciamento ambiental, desde que haja grupos sociais impactados negativamente por empreendimento ou atividade licenciada.

A mitigação de impactos, naquilo que cabe ao processo educativo, em primeiro lugar, deve tomar por referência a definição de impacto contida na Resolução CONAMA nº 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Para esta, existe um impacto ambiental toda vez que é realizada uma atividade humana capaz de alterar as características físicas, químicas e biológicas do meio físico-natural, e que direta ou indiretamente afeta para melhor ou para pior: a saúde, a segurança e

[2] LOUREIRO, C. F. B. e ANELLO, L. F S de. Educação ambiental no licenciamento: aspectos teórico-metodológicos para uma prática crítica. In: Pedrini, A. de G. e Saito, C. H. (org.) Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Petrópolis: Vozes, 2014.

[3] Referidos aos incisos I, II, III IV, V, VII, do § 1º e caput do § 2º do Art. 225 da Constituição Federal e nas Políticas Nacionais, que os regulamentam.

o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

Igualmente, adota-se, para fins de orientação para a produção de um PEA, a noção de efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, acarretando problemas ou conflitos ambientais, presente na Nota Técnica nº 01/2010 – CGPEG/DILIC/Ibama, importante referência normativa federal. Ou seja, aqui parte-se do entendimento de que os impactos produzem efeitos negativos diversos, distribuídos desigualmente na sociedade, e que é preciso uma compreensão não-linear da relação entre estes, os territórios e os modos de vida dos grupos prioritários do processo educativo promovido no licenciamento federal.

Na perspectiva crítica de EA assumida pela gestão ambiental pública[4], a competência mitigadora exigida a um PEA envolve fundamentalmente a realização de: (1) processo ensino-aprendizagem voltado aos conteúdos adequados ao objeto da licença; (2) mobilização e organização social para a atuação em espaços públicos; (3) participação em espaços públicos de gestão e tomada de decisão; (4) valorização de saberes e práticas tradicionais sustentáveis; (5) promoção de diálogo entre saberes e de culturas compatíveis com a conservação ambiental.

Por sua vez, esse entendimento da incumbência constitucional da Educação Ambiental e sua função mitigadora no âmbito do SISNAMA, se associa à própria definição de Educação Ambiental estabelecida na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei n. 9795/99, em seu artigo 1º:

> *Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio*

[4] Lopes, Priscila Amaro; Loureiro, Carlos Frederico B. Referências e sentidos da educação ambiental crítica nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEAs. REMEA, vol. 39, n. 1, p. 49-72. Abril de 2022.
Loureiro, Carlos Frederico B. Loureiro. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo, Cortez, 2011.

ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O acúmulo teórico obtido em paralelo ao processo de institucionalização da Educação Ambiental, feito desde a publicação da PNEA, principalmente na perspectiva crítica, tiveram efeitos diretos em documentos produzidos pelo ICMBio.

O principal instrumento orientador documental, produzido e revisto ao longo de uma década por ICMBio e MMA, é a *Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – Encea,* cuja última versão data de 2011. Sua ênfase foi posta na condição estruturante da Educação Ambiental na gestão participativa de UCs e no fortalecimento da cidadania na conservação ambiental, realizadas por meio da atuação junto a conselhos gestores, comunidades do entorno mais vulnerabilizadas socioambientalmente e público escolar, quando se julgar pertinente para se chegar às finalidades legais.

Seus princípios são amplos, afinados com os definidos pela PNEA e priorizam processos educativos voltados à participação comunitária na gestão das UCs e à comunidade escolar existente no entorno das UCs. Dentre muitos, destacam-se:

- **Participação**: processo coletivo de atuação na vida social, fortalecendo as estruturas comunitárias, oportunizando a aprendizagem coletiva, e promovendo a explicitação de conflitos e diferentes interesses das populações e instituições que ocupam e atuam no mesmo território.
- **Diálogo e interatividade**: integração e reconhecimento de diferentes experiências e saberes no processo de aprendizagem. Visa assegurar o respeito à diversidade de interesses e de vozes, identificando-os e buscando suas possíveis convergências.
- **UC como cenários sociais**: compreensão de UCs que ultrapassa sua concepção como espaços de preservação de ecossistemas e de seus recursos naturais, mas as consideram como espaços de relações

socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, fortalecendo as interações sociais e a participação cidadã.

- **Pertencimento**: estimula a identificação das pessoas com o território e a necessidade de resgatar nas pessoas o sentimento de pertencer a um grupo, a um contexto sociopolítico e cultural definido e, assim, estimulá-los a interferir em suas realidades.
- **Ética ambiental**: pressupõe a ação do sujeito ao (re)estabelecer e ressignificar sua relação com o ambiente, reconhecendo a si e à natureza como integrantes de uma rede de relações dinâmicas.
- **Justiça ambiental**: Refere-se ao conjunto de princípios constitucionais que asseguram o tratamento justo e a participação efetiva de todos os grupos sociais nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso de recursos naturais com sustentabilidade ambiental, não impondo a ninguém parcela desproporcional das consequências ambientais negativas.
- **Pensamento crítico**: a Educação Ambiental é um processo eminentemente político que visa estimular a interpretação da realidade histórica e social, a ação transformadora e responsável e a intervenção consciente e intencional na realidade.
- **Valorização da cultura e do conhecimento tradicional local**: respeito e valorização dos diferentes saberes, culturas e conhecimentos de comunidades e povos tradicionais, fortalecimento da sua participação nas instâncias gestoras de UCs e da sua inserção em processos de comunicação e Educação Ambiental.
- **Isonomia e equidade entre grupos sociais e intrainstitucional**: dotar os desiguais (pessoas e instituições) de igualdade de condições objetivas para participar nos diversos processos relacionados à criação, implantação, redelimitação e gestão de UCs.

Em documento complementar, as chamadas *Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio*, reafirmam a adoção da concepção de educação no processo de gestão ambiental pública, que é a denominação dada à perspectiva crítica de EA nos órgãos ambientais federais do SISNAMA. É definida da seguinte forma no documento:

> *Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente.* (Ibama, 2002)[5]

A participação social é concebida a partir de normas e critérios de criação de UCs no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n. 9.985/00, tendo por finalidade a conservação de espaços naturais e culturais, materializados nas territorialidades produzidas nas áreas conservadas. A intenção é promover as responsabilidades e os direitos sobre o uso direto ou indireto dos recursos naturais a partir dos instrumentos da gestão (Plano de Ação do Conselho, Plano de Manejo, Acordos de Gestão, Protocolos de Monitoramento Participativo da Biodiversidade, entre outros). Assim sendo, as ações e projetos de Educação Ambiental precisam definir suas intencionalidades pedagógicas transversalizadas pelos objetivos da norma:

- Proteção, manutenção, preservação da biodiversidade, da sociodiversidade e de serviços ambientais imprescindíveis;
- Incentivo e promoção da pesquisa científica;
- Promoção da educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, de acordo com a categoria de UC;

[5] A referência posta no documento original é: BRASIL. Como o Ibama exerce a Educação Ambiental / Coordenação Geral de Educação Ambiental. – Brasília: Edições Ibama, 2002.

- Promoção do desenvolvimento sustentável para as comunidades do entorno das UCs.

Além dos princípios estabelecidos no Encea, as *Diretrizes* enfatizam alguns outros:

- **Sujeitos Prioritários da Ação Educativa –** Aqueles que são prioritários, ou seja, com os quais se produz o processo educativo para realizá-lo em suas finalidades e ampliá-lo no diálogo com outros públicos, e que são afetados de forma direta pelo ato da gestão ambiental, dispondo de menos condições para intervirem no processo decisório.
- **Territorialidades e Identidades** - A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades cotidianas que os sujeitos têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a organização da vida social.
- **Conservação da Biodiversidade -** A Conservação da Biodiversidade envolve um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Por fim, tem-se os PPPEA de algumas UCs, que são os Projetos Político Pedagógicos das Unidades de Conservação Federais mediados pela Educação Ambiental. É, portanto, um instrumento de planejamento, voltado para o processo educativo, que busca discutir, refletir, planejar, articular e promover os fazeres educativos necessários à melhor conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais prioritários na gestão da unidade. É um processo estruturante que deve ser construído de forma participativa com os grupos e instituições locais envolvidos.

Os PPPEA, no geral, apresentam como objetivos:

- Fortalecer ações institucionais que promovam a participação social qualificada na gestão pública da biodiversidade, contribuindo para a justiça ambiental.
- Promover o desenvolvimento de capacidades de intervenção cidadã qualificada nos processos de gestão ambiental pública, em especial da biodiversidade e das UCs.
- Fortalecer políticas públicas e ações institucionais que promovam: instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade; participação efetiva dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental na gestão das UCs; espaços democráticos de participação na gestão de UCs e da biodiversidade.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Os Eixos de atuação do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF se darão nas Áreas de Influência Direta e Indireta das faixas dos dutos OSDUC II, OSDUC IV e GASDUC II que atravessam e/ou tangenciam as seguintes Unidades de Conservação (UCs): APA Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas.

Em termos de abrangência territorial e delimitação de público, o PEA será realizado nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, mais especificamente na região das Áreas de Influência Direta (AID) das referidas instalações. Isso corresponde a um corredor de 800 metros de largura ao longo de todo o traçado de cada duto, sendo 400 metros para cada lado a partir do Eixo da diretriz do duto, que se situam no interior destas UCs ou nas suas respectivas Zonas de Amortecimento.

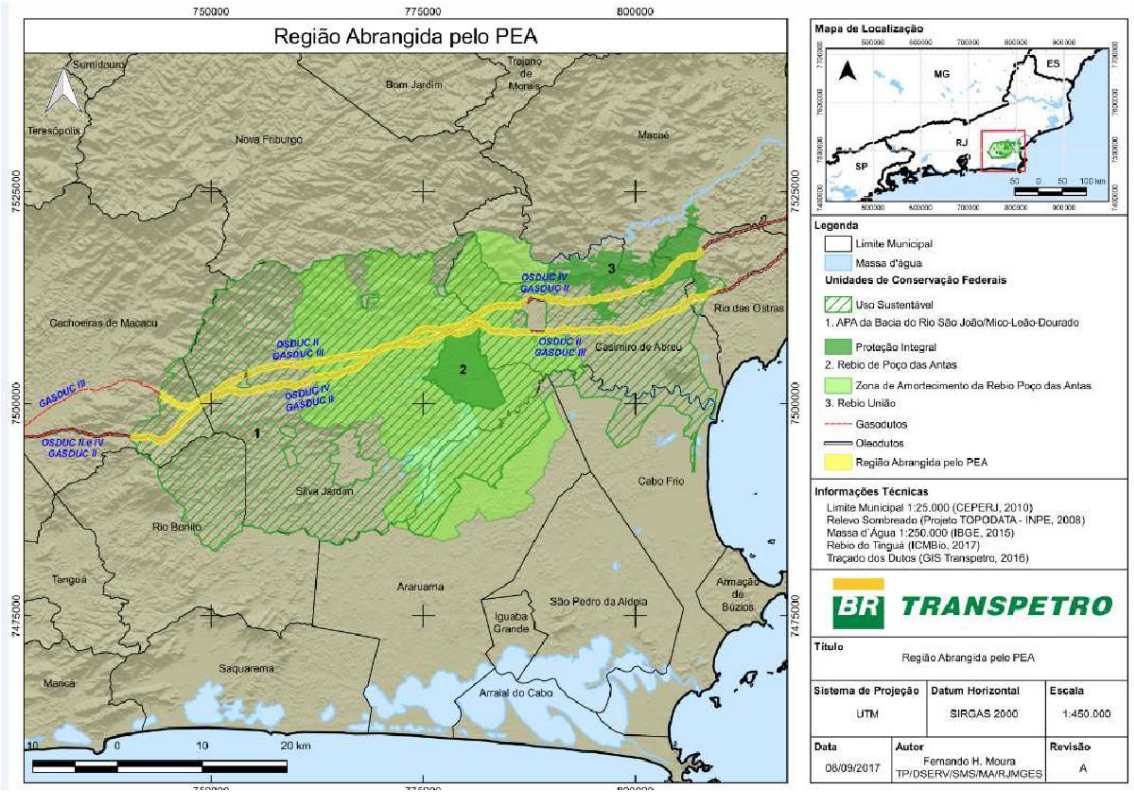


Figura 1: Região abrangida pelo PEA. Faixas dos dutos OSDUC II, OSDUC IV e GASDUC II que atravessam os municípios de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras e tangenciam as seguintes Unidades de Conservação (UCs): APA Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado, Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas.

4. PÚBLICO

Os critérios adotados para a delimitação do público prioritário foram definidos a partir do grau de impacto em relação aos dutos da Transpetro e interface com as áreas protegidas geridas pelo ICMBio incluindo sua Zona de Amortecimento (ZA), considerando, assim, a Área de Influência Direta (AID) e a Área de Influência Indireta (AII) dos empreendimentos.

O público direto do PEA, ou seja, aquele com quem as atividades foram definidas e serão realizadas, propiciando resultados educativos, é aquele que, estando contido na área de influência, foi identificado no processo de estudo e diagnóstico participativo, tendo participado deste. Há bairros em que os comunitários não participaram das oficinas participativas, sendo, portanto,

retirados de atividades previstas, mas esses bairros estarão contemplados pelas atividades com as escolas.

É composto por pessoas prioritariamente pertencentes às (ao):

- Conselho integrado das 3 unidades de conservação, sendo este formado gestores das UCs, outros servidores públicos que atuam na região, representantes das comunidades locais, entre outros setores sociais que porventura se façam representar nos conselhos existentes;
- Comunidades interceptadas pelas faixas de dutos: Serra do Bertholdo e Patis, em Cachoeiras de Macacu (RJ); Gaviões, Bananeiras, Aldeia Velha, Sebastião Lan II e Assentamento Cambucaes, em Silva Jardim (RJ); Boa Esperança, Ribeirão, Assentamento Visconde, Professor Souza e Rio Dourado, em Casimiro de Abreu (RJ); Rocha Leão e Cantagalo, em Rio das Ostras (RJ).
- RPPNs: RPPN Boa Esperança, RPPN Mico-Leão-Dourado/ Reserva Biológica Águas Claras, RPPN Quero-Quero, RPPN Lençóis, RPPN União, RPPN Gaviões, RPPN Cachoeirinha, RPPN Rabicho da Serra, RPPN Sítio Cachoeira Grande, RPPN Sítio Santa Fé, RPPN Granja Redenção, RPPN Cisne Branco/Acampamento Imbaú, RPPN Fazenda Afetiva, RPPN Fazenda Arco-Íris, RPPN Bom Retiro, RPPN Matumbo, RPPN Tanguá, RPPN Sítio da Luz, RPPN Córrego da Luz, RPPN Matumbu e RPPN Parque do Mico. Cabe esclarecer que todas serão convidadas para participar, em função de sua relevância estratégica para as visitas, sendo inseridas nesta atividade, ou não, em função do interesse manifestado e das condições para receber visitações.
- As unidades escolares: EE Municipalizada Bertholdo Duarte Filho, em Cachoeiras de Macacu (RJ); EE Municipalizada Cambucaes, EE Municipalizada Professora Corina Halfeld, EE Municipalizada Vila Silva Jardim e EE Municipalizada Gaviões, em Silva Jardim (RJ); EM Pastor Luiz Laurentino, Colégio Estadual Indaiaçú, EM Santa Luzia, Colégio Estadual Rio

Dourado, EM Christiane Siqueira Sales de Carvalho, Escola Municipalizada Prof. Moises Silveira e Colégio Estadual Professor Souza, em Casimiro de Abreu (RJ); Colégio Estadual Rocha Leão, EM Rocha Leão, Escola Municipalizada Vila Verde e EM Agrícola Carlos Maurício Franco, em Rio das Ostras (RJ).

Representantes do poder público municipal, que não se inserem nas demais categorias, poderão ser convidados para atividades específicas, conforme pertinência identificada no momento de seu planejamento e priorizando-se os que participaram ou foram convidados para as oficinas participativas durante o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), a saber:

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu -SEMA;
- Guarda Municipal Ambiental de Cachoeiras de Macacu;
- Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Silva Jardim-SEMMA;
- Secretaria Municipal de Educação de Silva Jardim;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMADS de Casimiro de Abreu;
- Secretaria Municipal de Educação de Casimiro de Abreu;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca - SEMAP de Rio das Ostras;
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Rio das Ostras;
- Núcleo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer-NUGEPE de Rio das Ostras.

Por sua vez, um PEA gera efeitos que se desdobram a partir das atividades executadas, atendendo a um quantitativo bem maior de pessoas do que as que formalmente participam do processo, constituindo o denominado público indireto. Algum dimensionamento prévio sobre este pode ser feito por fase, sendo, contudo, mais viável apontar quem são e quantos são nos resultados obtidos em cada fase.

Durante a elaboração do plano de trabalho serão definidos critérios de seleção do público de cada processo formativo (Eixo 1 ao 3). Os critérios serão estabelecidos conforme os objetivos de cada processos formativos (professor, estudante, localidade de moradia; idade; nível de interesse, aplicabilidade em sua comunidade etc.). Se houver mais interessados selecionados do que o número estabelecido para cada oficina, uma fila de espera será aberta e havendo faltas ou evasões, novos inscritos serão absorvidos nas turmas. Nos formulários de inscrições serão diagnosticados participantes que necessitem cuidados com seus filhos, assim, para as turmas de alunos que houver necessidade, haverá monitores para realizar atividades paralelas com os filhos de mulheres participantes.

5. DURAÇÃO

A rigor, do ponto de vista normativo, a duração de um PEA tem por referência o tempo de exposição dos grupos sociais da área de influência aos impactos identificados e o momento do licenciamento adequado à realização das ações previstas. Inicialmente, a Fase 1 do PEA das Faixas de Duto RJ-NF terá duração de 3 anos (36 meses), permitindo a plena realização do que está previsto no programa e um tempo de avaliação e planejamento da fase seguinte, se esta for considerada necessária a partir dos resultados obtidos, sem gerar lacunas por força da burocracia no processo de contratação dos serviços de consultoria responsável pela execução do PEA.

6. OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Desenvolver, com o público direto estabelecido, capacidades referentes aos conhecimentos, às habilidades e às atitudes necessárias à participação social na gestão ambiental pública, à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade dos territórios na área de abrangência.

6.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar atividades informativas, formativas e de estruturação de projetos pedagógicos junto à comunidade escolar, como meio para a inserção permanente da questão ambiental nos currículos e na gestão de escolas públicas contidas na área de abrangência, visando contribuir para a conservação da biodiversidade e para a compreensão da dinâmica territorial e socioambiental local.
- Potencializar práticas culturais e econômicas já existentes na região, por meio de aporte técnico e organizacional, como forma de gerar territorialidades sustentáveis.
- Promover processos formativos e de organização junto à gestão das UCs e das comunidades estabelecidas como público direto, visando à participação qualificada em espaços públicos.
- Criar identidade visual do PEA no sentido de fortalecer a comunicação com os públicos prioritários e a circulação de informações sobre as atividades do Programa, bem como as informações sobre as UCs, sua biodiversidade e relevância socioambiental.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação se refere aos processos sistemáticos por meio dos quais se pergunta sobre algo, obtém-se respostas a partir de determinados parâmetros e se estabelece a análise acerca do mérito e relevância de uma atividade, projeto, programa ou política pública. Em sentido mais abrangente, a avaliação pode ser considerada válida à medida que favoreça a melhor efetividade de uma política pública, programa ou projeto, a eficácia no cumprimento de seus objetivos e a eficiência na execução de suas atividades. Além disso, deve garantir o redirecionamento, quando necessário, e a tomada de decisão sobre o que deve ser feito, respeitando-se as orientações e diretrizes legais e, no caso do licenciamento, as determinações do órgão ambiental responsável.

PÚBLICA

Especificamente falando, a avaliação do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF busca verificar como este, em sua competência educativa, contribui com a mitigação de impactos relativos aos dutos da Transpetro. Aí localizada, favorece também, no próprio ato de avaliar participativamente, aprendizagens acerca dos processos pedagógicos realizados por um PEA. Cabe lembrar que a PNEA determina que haja avaliação continuada e participativa na Educação Ambiental, portanto, que o ato de avaliar seja visto como uma criação coletiva de critérios e parâmetros de análise do que foi feito no processo educativo, e uma reflexão conjunta e fundamentada, ajudando no aprimoramento do fazer pedagógico e levando à aprendizagem sobre a sua condução.

O ato de avaliar um programa, no caso, o PEA das Faixas de Dutos RJ-NF, por meio de indicadores respondidos ao final de cada fase, que serão detalhados a seguir, envolve também o acompanhamento direto e permanente durante a execução de cada fase. Nesse sentido, um outro conjunto complementar de indicadores deve ser estabelecido nos respectivos Planos de Trabalho, a partir dos objetivos, atividades, metas e resultados estabelecidos e aprovados.

Indicadores podem ser definidos como uma forma de produzir informações, geralmente mensuráveis, acerca dos acontecimentos, tendo por referência os parâmetros adotados. É uma linguagem comum aos interlocutores, criada para permitir o diálogo sobre algo que está sendo acompanhado e analisado por agentes sociais diversos, do modo mais direto e criterioso possível.

Na avaliação do PEA, além da sistematização por meio de indicadores, as análises precisam ser compartilhadas e discutidas em um fórum próprio nos meses finais de cada fase, envolvendo os diferentes participantes do PEA. Cabe destacar que além dos indicadores como fonte de informação organizada, é interessante captar as conquistas promovidas a partir do PEA por meio da realização de entrevistas e grupos focais, complementando qualitativamente o que está expresso em número.

Os indicadores, em processos educacionais, normalmente são organizados em 3 grupos: *efetividade* (relativos aos efeitos desejados com o cumprimento dos objetivos específicos e alcance do objetivo geral); *desempenho/eficácia* (relativos ao cumprimento dos objetivos específicos, ou seja, aos resultados); e *operacionais/eficiência* (relativos à realização das atividades que dão materialidade aos objetivos específicos). Por vezes, abre-se um outro grupo de indicadores de *insumo*, mas, para fins do que importa aos participantes do programa, estes podem ser pensados e acompanhados, se for de interesse, internamente à Transpetro.

Em resumo, a avaliação do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF está organizada da seguinte forma:

- O programa possui indicadores relativos à efetividade e à eficácia (descritos a seguir). Cabe destacar que os relativos à efetividade, como se referem ao efeito social do PEA, buscam captar mudanças qualitativas, portanto, não se expressam numericamente. Já os de eficácia, como se referem ao alcance de objetivos do programa na relação com os objetivos da fase, são expressos tanto qualitativamente quanto por meio de métricas específicas (números e percentuais).
- O Plano de Trabalho de cada Fase deve, por sua vez, estruturar indicadores de eficiência e de eficácia (a serem descritos no próprio Plano de Trabalho). Esses obrigatoriamente deverão ser organizados em indicadores numéricos para fins de verificação de cumprimento de metas e produtos previstos que asseguram o cumprimento das atividades e objetivos estabelecidos.
- De modo complementar, recomenda-se no ano final de cada Fase a realização de entrevistas com lideranças comunitárias e representantes institucionais, e de grupos focais, trazendo percepções e entendimentos acerca das conquistas produzidas a partir do programa.
- E como estratégia metodológica de consolidação da avaliação, recomenda-se a realização de um fórum de apresentação dos resultados e avaliação

das ações, três meses antes de concluir a fase, para fins de análise conjunta das informações geradas e definição dos rumos futuros do programa.

- Deverá ser realizado então um Fórum de Apresentação e Avaliação da Ações do PEA, incluindo a realização concomitante de um Festival Cultural e de uma Feira de Produtos Locais, contemplando os projetos desenvolvidos no PEA e outros atores da região.

PÚBLICA

8. INDICADORES DE EFETIVIDADE E DE EFICÁCIA DO PROGRAMA

Os relativos à efetividade:

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Reconhecimento das UCs envolvidas no PEA	- Pessoas falando em seus cotidianos sobre as UCs, sua importância para a conservação e sua função social. - Variação no número de pessoas que antes desconheciam e que ao final da fase conhecem a existência de UCs na região.	Percepção captada junto aos participantes do PEA na parte final de cada fase. Registro de situações vivenciadas pela equipe em que comunitários fazem falas nessa direção.
Inserção da Educação Ambiental no contexto escolar	- Projetos pedagógicos com temas relacionados à Educação Ambiental criados após o início do PEA. - Atividades de Educação Ambiental realizadas em escolas a partir do PEA. - Inserção de conteúdos de conservação da biodiversidade e da dinâmica territorial local em disciplinas ou materiais didáticos.	Questionário e entrevistas junto a gestores escolares e professores na parte final de cada fase. Documentos: Projetos pedagógicos, materiais didáticos, plano de aula.

PÚBLICA

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Fortalecimento de práticas sustentáveis locais	- Variação na quantidade de pessoas e de experiências de agroecologia, sistemas agroflorestais, agricultura familiar, manifestações culturais tradicionais na região.	Entrevistas junto a gestores de UCs e moradores. Relatos coletados. Levantamento inicial e final.
Ampliação da participação na gestão das UCS	- Variação na quantidade de comunitários, proprietários de RPPNs e agentes públicos em reuniões promovidas pela gestão das UCs.	Fichas de inscrição. Atas de reuniões nas UCs.
Divulgação do PEA	- Moradores, não atuantes diretamente no PEA, reconhecendo a realização de suas atividades nos territórios.	Entrevistas com moradores locais ao final da fase.

Tabela 1: Indicadores relativos à efetividade

PÚBLICA

Os relativos à eficácia:

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Igualdade e diversidade	**Participantes** - % de participantes por ocupação social, gênero, raça e idade. **Equipe técnica** - % de pessoas contratadas por área do conhecimento. - % de pessoas por gênero, raça e idade. - % de pessoas contratadas localmente.	Fichas de inscrição. Contratos de Trabalho.

PÚBLICA

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Divulgação das atividades educativas	**Produção de materiais e conteúdos para uso pedagógico** - Número de materiais didáticos produzidos por ano. - Número de materiais de mobilização para atividades do programa produzidos por ano. - Número de materiais físicos produzidos por ano. - Número de materiais virtuais produzidos por ano. - Alcance (Tipo de público). - Diversidade de temas abordados. - % de ampliação de visualizações e de curtidas no Instagram ao longo dos anos. **Organização de eventos** - Número de eventos organizados e número de participantes por ano. - Perfil de participantes. - Formato de evento. - Diversidade de temas abordados.	Materiais produzidos. Fichas de inscrição. Material de divulgação dos eventos. Registros fotográficos. Programação dos eventos. Instagram.

PÚBLICA

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Mobilização	- Estratégia de mobilização por perfil de participante por ano. - Número de pessoas atingidas por estratégia de mobilização por ano. - Número de participações recorrentes, por perfil de participante por ano.	Relatório da atividade. Registro fotográfico. Fichas de inscrição em cada atividade.
Processos estritamente formativos	- Número de horas de formações/ano. - Tipo (curso, oficina, palestra, visitas técnicas etc.). - Formato (presencial, híbrido ou remoto). - Temas abordados. - Local de realização. - Número de formações por ano. - Número de participantes por ano. - Perfil do participante.	Relatório de atividades. Registro fotográfico. Material didático. Ficha de inscrição.

PÚBLICA

Categorias de análise	Indicadores	Meios de verificação
Participação Social	- Frequência de participantes nas reuniões dos conselhos consultivos. - Demandas trazidas por comunitários para as pautas das reuniões. - Perfil dos participantes das reuniões.	Atas de reuniões e lista de presença dos conselhos consultivos das UCs envolvidas.

Tabela 2: Indicadores relativos à eficácia

PÚBLICA

9. EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO

A organização do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF em Eixos de atuação busca facilitar o entendimento do conjunto de atividades que o compõe, sua avaliação e coordenação. Os Eixos podem, preferencialmente, ser realizados concomitantemente, uma vez que agem sobre grupos distintos, possibilitando uma ação sinérgica no território, o que tende a potencializar os resultados. Durante as oficinas devolutivas de construção do PEA, foi sugerido, em consenso, que seja feita a manutenção da estrada pela Transpetro como procedimento logístico de viabilização de acesso dos participantes às atividades propostas durante os 3 anos de execução do PEA. Os locais de e a logística de transporte dos participantes para as oficinas serão definidos durante a elaboração do Plano de Trabalho do PEA, conforme os atores participantes das mesmas. Garantindo, sobretudo, o transporte dos participantes das comunidades rurais que tem dificuldades para chegar até as rodovias dos municípios (ex: Visconde, Sebastião Lan II e Cambucaes).

O quarto Eixo, de Comunicação Social, diferentemente dos demais, precisa ocorrer transversalmente desde a Fase 1, pois se refere à forma de divulgação e circulação de informações do PEA como um todo e à sua identidade perante o público. O Eixo em referência será realizado em parceria com o Programa de Comunicação Social, uma vez que a área de abrangência dos respectivos programas é a mesma.

Em função do histórico de projetos e programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação e no licenciamento ambiental, e respeitando os resultados do diagnóstico feito, o PEA está estruturado em quatro Eixos, que seguem descritos em sua caracterização e atividades.

EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO
Eixo 1: Inserção da Educação Ambiental no contexto escolar
Eixo 2: Organização e participação social
Eixo 3: Práticas Sustentáveis
Eixo 4: Comunicação Social

Tabela 3: Eixos de Atuação no território

9.1 - Eixo 1: Inserção da Educação Ambiental no contexto escolar

O trabalho educativo com o público escolar não é considerado prioritário no caso do licenciamento ambiental, uma vez que este é um público difuso, composto por grupos vulnerabilizados diante de impactos de empreendimentos licenciados e por outros grupos que não são necessariamente afetados negativamente pela existência de tais empreendimentos, o que impede um direcionamento efetivo no sentido da mitigação. Contudo, no caso de uma atuação de mitigação que parte de Unidades de Conservação para que o fazer educativo se dê, o público escolar do entorno das unidades é crucial, para fins de ampliação da compreensão da importância da conservação e da biodiversidade, e para o envolvimento de pessoas de diversas comunidades na proteção ambiental e na promoção de comportamentos e práticas coletivas sustentáveis.

No entanto, o desafio que historicamente se configurou no trabalho com comunidade escolar em unidades de conservação se refere à capacidade de se realizar algo que gere permanência das temáticas ambientais nas instituições escolares, para além dos processos de informação, sensibilização e aprendizados individuais.

As atividades que se seguem, procuram garantir os aspectos básicos e o enfrentamento desse desafio destacado, respeitando as sugestões recolhidas no diagnóstico participativo.

Atividade 1: Oficinas sobre conservação da biodiversidade local

Descrição: Realização de oficinas de 8h que abordem conteúdos relativos à fauna e à flora existente na região, particularmente nas 3 UCs contempladas pelo programa; o bioma aí representado, suas características e importância ecológica e social; a relevância da comunidade escolar para a conservação.

Finalidade: Informativa, de sensibilização do público e de mobilização para a participação em outras atividades do próprio Eixo ou de outros Eixos.

PÚBLICA

Quantidade de oficinas: Considerando a distribuição de escolas pela região e proximidade entre municípios, é aconselhável que sejam 2 oficinas para escolas de Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu (1 para corpo docente, incluindo coordenadores, direção e técnicos de secretaria municipal de educação; 1 para pais de alunos regularmente matriculados); e 3 para Casimiro de Abreu e Rio das Ostras (2 para corpo docente, incluindo coordenadores, direção e técnicos de secretaria municipal de educação; 1 para pais de alunos regularmente matriculados).

Quantidade de pessoas por oficina: no máximo, 20 pessoas por oficina, com distribuição a ser organizada com secretarias e escolas, respeitando-se critérios de presença do conjunto de escolas identificado no diagnóstico participativo.

Metodologia: Exposição inicial do programa, seguido de dinâmicas que permitam o contato e visualização das espécies locais. Apresentação do bioma e das relações das UCs com o seu entorno, atualizando com informações sobre potencialidades e problemas existentes.

Procedimento: Antes da organização das oficinas em si, é preciso estabelecer um diálogo e articulação com as secretarias municipais e direção das escolas, de modo que entendam e apoiem o PEA, garantindo condições de participação não somente nas oficinas, mas no conjunto de atividades previstas no Eixo I. Igualmente, para as oficinas é importante contar com a condução de um técnico da equipe contratada junto com um técnico de cada UC na produção do material didático a ser utilizado e na execução das oficinas.

Atividade 2: visitas orientadas às UCs e RPPNs

Descrição: Visitas orientadas de estudantes e professores às sedes de UCs é uma das estratégias educativas mais comuns de se fazer em trabalhos de Educação Ambiental em unidades de conservação, por seu efeito motivacional e sensibilizador. No PEA das Faixas de Dutos RJ-NF, é possível vislumbrar visitas não somente às 3 UCs, mas às RPPNs da região que possuem importante função na

PÚBLICA

conservação da biodiversidade, desde que manifestem interesse e apresentem condições materiais para visitações.

Finalidade: Organizar, planejar e implementar um sistema de visitação efetivo, que promova o reconhecimento da comunidade escolar no que diz respeito à existência das 3 unidades de conservação, sua fauna e sua flora, e à sensibilização do público para a necessidade de proteção ambiental e respeito às diferentes formas de vida.

Quantidade de visitas: No primeiro ano da Fase 1 não haverá visitas para que se possa organizar a atividade e adquirir os meios necessários para sua efetivação.

As visitas escolares serão planejadas em função da área de cada UC em cada município e da RPPN escolhida por município. Reforça-se mais uma vez que será identificado no Plano de Trabalho as RPPNs que participarão em função do interesse, disponibilidade e estrutura para recepção de visitantes.

No segundo ano:

- APA Bacia do Rio São João, na área do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado – 1 visita de cada uma das 16 escolas.
- Reserva Biológica União – 1 visita de cada escola de Casimiro de Abreu (7) e de Rio das Ostras (4).
- Reserva Biológica de Poço das Antas – 1 visita de cada escola de Silva Jardim (4) e de Casimiro de Abreu (7).

As RPPNs escolhidas por município receberão exclusivamente visitas de escolas de seus respectivos municípios: 1 Cachoeiras de Macacu; 4 Silva Jardim; 7 Casimiro de Abreu; 4 Rio das Ostras.

Com isso, cada escola realizará de 2 a 4 visitas no segundo ano.

Ao final do segundo ano da Fase 1, portanto, no primeiro ano de realização da atividade de visita, se avaliará a melhor dinâmica de visitação e se planejará as visitas do terceiro ano.

PÚBLICA

Quantidade de pessoas: Até 40 pessoas por visita (respeitando-se a lotação de um ônibus).

Metodologia: Toda visita técnica deve ser precedida por uma primeira abordagem em sala de aula do que será visto e sobre as recomendações a serem seguidas. Esse momento poderá ser guiado pelo próprio professor responsável, com a devida orientação dada por técnico da UC ou proprietário da RPPN a ser visitada, ou diretamente por tais pessoas. Após a visita, é importante que se faça um novo momento na escola de troca de percepções e avaliação da experiência, a ser conduzido pelo professor responsável que acompanhou a atividade de campo. Dependendo de acordo com a direção, essa devolutiva da visita pode ser uma atividade aberta à comunidade escolar.

Procedimento: Essa é uma atividade que para funcionar exige um cuidadoso e minucioso planejamento, cujos momentos podem ser expressos da seguinte forma:

- Sua viabilidade depende de uma decisão inicial. Aquisição de um ônibus, inclusive adaptado para PCDs, ou aluguel de tal veículo. A aquisição seria a forma ideal, pois asseguraria um sistema de visitação a longo prazo, independentemente do PEA. Contudo, ter um ônibus implica em sua manutenção mesmo após o término da condicionante de licença. A questão a ser resolvida é: quem se responsabilizará pela manutenção a longo prazo? Se não houver desenho possível que garanta uma resposta satisfatória para essa pergunta, a opção realista será alugar um veículo em cada fase do PEA.
- Em seguida, será preciso verificar as condições físicas de cada UC e definir qual RPPN tem estrutura física e pedagógica em cada município. No caso de existir mais de uma por município, poder-se-á estabelecer rodízio anual entre estas.
- Feito isso, será necessário estabelecer nas escolas critérios para definição de turmas que farão as visitas, podendo servir como critério básico priorizar turmas de anos finais, uma vez que os estudantes sairão em breve delas.

PÚBLICA

- Ciente dos locais a serem visitados e quem visitará, deverá se proceder ao planejamento pedagógico da atividade em seus 3 momentos (pré-visita, visita e pós-visita). Essas etapas dizem respeito ao ano 1 da Fase 1, ficando a execução para o ano 2 e 3.

Atividade 3: Ambientalização curricular e elaboração de projetos pedagógicos escolares

Descrição: Essa é a atividade estruturante por excelência na relação com o público escolar e deve ocorrer a partir do ano 2 da Fase I, estando as demais atividades do Eixo I em execução ou etapa de planejamento. Ser a última a começar no Eixo I é estratégico, uma vez que as atividades anteriormente descritas, além de suas finalidades específicas, cumprem destacada função mobilizadora de pessoas e instituições para a participação em ações de Educação Ambiental na região.

Ambientalização curricular diz respeito ao estudo situacional da escola e planejamento participativo de atividades integradas que envolvam: a definição de prioridades temáticas, tendo por ênfase as relativas à conservação da biodiversidade e aos problemas socioambientais locais; ações de melhoria do ambiente físico e adoção de materiais menos impactantes na rotina escolar; estratégias de aproximação escola-comunidade; gestão do tempo buscando planejamento integrado entre disciplinas; e revisão de conteúdos disciplinares, visando à transversalização da questão ambiental. A elaboração de projetos pedagógicos complementa a ambientalização curricular e garante que temas ambientais sejam parte do planejamento pedagógico anual, respeitando-se a legislação existente.

Finalidade: Gerar processos educativos e organizacionais que contribuam para a estruturação da Educação Ambiental nas escolas de modo permanente, aproximando-as dos debates ambientais, do cotidiano escolar sustentável e das UCs.

PÚBLICA

Duração: 2 anos, sendo o primeiro para operacionalizar e executar o estudo situacional das escolas que quiserem participar e a formação inicial de 24 horas (16h presenciais e 8h remotas); e o segundo ano para acompanhar, por meio de visitas técnicas periódicas, o processo de implementação nas unidades escolares que aderirem.

Quantidade de participantes: No total, se tem 16 escolas na área de abrangência do PEA. 12 municipais (inclusive as municipalizadas) e 4 estaduais. A prioridade é envolver as escolas municipais e, se possível, envolver as estaduais. Serão 40 participantes na primeira etapa de estudos e formação. No máximo 3 representantes das escolas municipais, e 1 representante das escolas estaduais, podendo ampliar em função da não adesão de alguma escola municipal. Como critério de escolha de participantes, deve-se priorizar professores que já realizam projetos de Educação Ambiental e coordenadores de área.

Metodologia: Parte-se de metodologias participativas e dialógicas nas diferentes etapas da atividade, buscando o envolvimento das pessoas e instituições e a produção de aprendizagens e conteúdos significativos. É preciso que cada momento possua a sua estratégia metodológica mais adequada, considerando-se a realidade municipal, de cada unidade e o histórico de relação com as UCs.

Procedimento: A atividade possui 5 etapas: (1) Articulação com secretarias e unidades escolares para viabilizar a participação; (2) visitas de 1 dia em cada unidade escolar que tiver aderido para realizar um estudo situacional com os interessados; (3) produção de material didático e com as orientações procedimentais para a elaboração de projetos pedagógicos (o material desenvolvido será submetido à apreciação dos professores); (4) realização de curso de formação; (5) realização de encontros trimestrais de acompanhamento por município (como Cachoeiras de Macacu tem uma escola, necessariamente, seus representantes participarão dos encontros com os representantes de Silva Jardim). Pontos importantes: Haverá reciclagem para os professores ao final de

PÚBLICA

cada ciclo de visitação as UCs, devido a rotatividade dos professores nas unidades escolares. Os participantes das Oficinas serão contemplados com Certificado ao final das atividades, para atestar a formação continuada.

9.2 - Eixo 2: Organização e participação social

O conteúdo do Eixo 2 é estruturante da educação no processo de gestão ambiental pública e diz respeito à competência da Educação Ambiental estabelecida na Política Nacional de Meio Ambiente. Nesses termos, a mitigação de impactos passa obrigatoriamente pela capacidade de se gerar participação social qualificada na gestão de UCs e na defesa, junto ao poder público municipal, de direitos sociais que favoreçam a proteção ambiental e a sadia qualidade de vida.

Em função da área de abrangência PEA das Faixas de Dutos RJ-NF da intenção de fortalecer os espaços de gestão das UCs e as relações destas com as comunidades, as atividades serão executadas fundamentalmente em auditórios e salas no interior das UCs, favorecendo a aproximação e a integração. A metodologia vai sempre priorizar a prática, contemplando aulas de campo.

Atividade 1: Oficinas de preparação de conselheiros de UCs

Descrição: As oficinas para conselheiros retomam um movimento original do ICMBio de formação de conselheiros para atuar na gestão de UCs contemplando: 1. Elaboração de um Plano de Ação de EA; 2. Definição de estratégias relativas à representação comunitária ou institucional e 3. Realização de devolutivas que estimulem o envolvimento de outras pessoas e o fluxo de informações e decisões.

Finalidade: Aprofundar o entendimento do que é ser conselheiro e atuar na condição de representação coletiva na gestão de UCs.

Duração: 1 oficina para o conselho integrado das UCs, com duração de 8h.

Quantidade de pessoas por oficina: Titulares e suplentes do Conselho Integrado.

PÚBLICA

Metodologia: Roda de conversa com exposições dialogadas, sendo os resultados de cada categoria discutida (acerca de atribuições e estratégias a serem adotadas) registradas em quadro, sistematizadas e acordadas entre os presentes.

Procedimento: Convocação direta por parte dos gestores de UCs.

Atividade 2: Oficinas sobre os impactos de gasodutos, oleodutos e de outros empreendimentos na região e seus efeitos sobre as UCs

Descrição: Quais são os impactos de empreendimentos lineares e seus efeitos sociais e ambientais é algo pouco conhecido e discutido entre empreendedores e demais atores sociais. Igualmente, em geral, a área de abrangência de uma condicionante sofre efeitos e mudanças decorrentes de variadas atividades econômicas licenciadas no território, gerando impactos sinérgicos desconhecidos, cujos efeitos, se conhecidos, pode facilitar a adoção de estratégias coletivas que contribuam para a mitigação de impactos existentes e a prevenção de impactos futuros.

Finalidade: Qualificar o debate acerca da relação entre impactos e seus efeitos de transformação territoriais bem como o entendimento da relevância das atividades de Educação Ambiental, previstas no PEA, para a mitigação.

Duração: 4h.

Quantidade de oficinas: 2 oficinas (uma teórica e uma prática) de 4h para o Conselho integrado das UCs, uma em cada sede cobrindo os titulares e suplentes (APA Bacia do Rio São João/na sede do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas). 4 oficinas abertas à comunidade em geral (duas teóricas e duas práticas). Total de 6 oficinas três teóricas e três práticas.

Quantidade de pessoas por oficina:

Oficina de gestores e conselheiros – total existente.

Oficina aberta à comunidade – 20 pessoas por oficina.

Metodologia: A oficina terá um caráter informativo e explicativo. Portanto, metodologicamente, deverá se basear em exposições dialogadas, apresentação

de informações e dados pesquisados, seguida de debates e aulas exploratórias de campo. Ao final, é importante garantir um tempo para se pensar em ações estratégicas que podem ajudar na mitigação e prevenção de impactos, para além do já estabelecido no PEA.

Procedimento: Convocação de conselheiros para a respectiva oficina; mobilização de comunitários por meio de convites direcionados, divulgação e inscrição prévia.

Atividade 3: Oficinas sobre associativismo e cooperativismo e apoio técnico para o fortalecimento de associações locais

Descrição: A organização coletiva é uma exigência para que um grupo social se faça representar e se estruturar para reivindicar direitos sociais, garantir melhorias e estimular laços comunitários. Na região, há um conjunto de associações existentes e há comunidades sem nenhuma forma de representação coletiva instituída, conforme identificado no trabalho prévio à elaboração do PEA. Esse cenário precisa ser conhecido e discutido, visando formas de fortalecer as associações existentes e favorecer a criação de novas.

Finalidade: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo local, como forma coletiva de atuação política e econômica.

Quantidade de oficinas: 1 oficina de 8h na sede de cada UC (APA Bacia do Rio São João/na sede do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas). Total de 3 oficinas, abertas à comunidade em geral no segundo ano.

Quantidade de pessoas por oficina: 25 pessoas.

Quantidade de apoio técnico: 1 associação por município.

Metodologia: As oficinas servirão para o mapeamento do que se tem na região, cabendo à condução técnica sistematizar previamente informações disponíveis e levar para o encontro orientações básicas sobre a gestão e regularização de associações. Nas oficinas, com base no cenário encontrado, serão trabalhadas estratégias para viabilizar a regularização ou a criação de

associações e se definirá critério para seleção de uma associação existente ou a ser criada, por município, para ser apoiada tecnicamente e materialmente por um período de um ano, visando à regularização documental e à autonomia na gestão.

As candidatas de cada município, para receberem o apoio, deverão enviar propostas na forma de projeto, incluindo alguma ação relacionada à sustentabilidade ambiental ou ao uso de tecnologias ambientais, como forma de orientar sua gestão e atuação no sentido de princípios ambientalmente adequados.

Procedimento: Para as oficinas, mobilização de comunitários e lideranças constituídas por meio de convites direcionados, divulgação e inscrição prévia. Na etapa de apoio técnico, será divulgado edital para inscrição dos interessados e seleção. Caso o representante inscrito não possa mais estar presente nas Oficinas um novo representante deverá ser nomeado para dar continuidade.

Atividade 4: Oficinas sobre acesso a Políticas Públicas Municipais, Estaduais e Federais

Descrição: Saber quais são as políticas públicas a que se tem direito e como acessá-las é uma das condições básicas para se gerar autonomia comunitária e o fortalecimento de grupos sociais vulnerabilizados. A abordagem sobre as Políticas Públicas deve ser uma via de mão dupla, e a participação dos envolvidos pode contribuir para a sua melhoria. Tratando-se de PEA, é importante esclarecer o que compete a uma condicionante de licença, ao empreendedor e aos órgãos públicos, evitando-se confusões e demandas direcionadas equivocadamente, gerando frustrações e desmobilização social.

Finalidade: Disponibilizar informações sobre mecanismos de acesso a políticas públicas (ex: PRONAF e PNAE) como forma de melhorar as condições de vida da população local e fortalecer a ação coletiva na região. Convidando, inclusive, atores responsáveis pelo acesso a esses programas para participar das Oficinas.

Duração: 8h

Quantidade de oficinas: 3 oficinas ofertadas no segundo ano de 8h para o Conselho integrado das UCs, uma em cada sede cobrindo os titulares e suplentes (APA Bacia do Rio São João/na sede do Parque Ecológico Mico-Leão-Dourado, Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas).

Quantidade de pessoas por oficina:

Oficina de gestores e conselheiros – total existente.

Oficina aberta à comunidade – 20 pessoas.

Metodologia: O técnico responsável deverá levantar as políticas públicas existentes no território e formas de acessá-las, disponibilizando material impresso para os participantes. A oficina será conduzida basicamente no formato expositivo, seguido de esclarecimentos pertinentes, e de dinâmica voltada à importância da mobilização comunitária para a conquista de direitos.

Procedimento: Convocação de conselheiros para a respectiva oficina; mobilização de comunitários por meio de convites direcionados, divulgação e inscrição prévia.

9.3 - Eixo 3: Práticas Sustentáveis

O estímulo a iniciativas sustentáveis já existentes ou com potencial para acontecer em um território é um aspecto que contribui para a criação de hábitos e costumes compatíveis com a proteção e melhoria ambiental. Essa é uma dimensão que nem sempre se configura em PEAs na gestão ambiental pública, contudo, dada as características das comunidades presentes na área de abrangência do programa e a necessidade de reduzir pressões sobre as UCs, é oportuno inserir atividades nesse sentido, verificando, com o andar do programa, sua viabilidade naquilo que compete à Educação Ambiental.

Atividade 1: Apoio Técnico e fomento a práticas culturais e econômicas sustentáveis a Produtores Rurais

Descrição: Uma forma de atender a um número significativo de pessoas com orientações básicas e ao mesmo tempo gerar projetos consolidados, é oferecer um

apoio inicial em grupo, criar uma rede de troca de saberes e parcerias e, como desdobramento dessa iniciativa, fomentar uma experiência estimulando a escrita de projetos e a sua realização dentro de parâmetros técnicos compatíveis com o programa. Há algumas significativas experiências em PEAs no país. Deste modo, a partir da elaboração de uma carta-convite para se participar de uma seleção, sugere-se apoio em relação ao suporte técnico, desde a preparação de proposta até a sua execução, cuja metodologia será adotada no presente programa.

Finalidade: Fortalecer práticas sustentáveis já existentes ou com potencial identificado, contribuindo para a sustentabilidade territorial e a consolidação de práticas que contribuam para a conservação da biodiversidade e a preservação ecológica. Dando enfoque à mobilização e inserção do público jovem nas ações pedagógicas voltadas aos jovens das áreas rurais de abrangência do Programa.

Duração: 1 ano para a realização das oficinas, cada uma com 8 horas de duração, e uma Unidade Demostrativa para cada Tema. Criação de uma rede local e para a publicação de carta-convite; e 1 ano de execução de projetos, com o apoio técnico necessário.

Quantidade de oficinas: 1 oficina sobre princípios e práticas agroecológicas e 1 oficina sobre escrita de projetos e participação de processos seletivos públicos e privados, na sede de cada UC. Total de 6 oficinas. 1 oficina sobre turismo de base comunitária; 1 oficina sobre reflorestamento com base em árvores frutíferas; e 1 oficina sobre artesanato ecológico e biojóias, na sede de UC mais próxima de comunidades que no diagnóstico demandaram aprofundamento sobre esses temas. Para cada tema, seriam realizadas oficinas teóricas e no mínimo uma oficina prática. As turmas seriam voltadas para o público jovem e a outra para o público em geral, e uma terceira que integrasse os dois públicos.

No geral, teremos no mínimo 9 e no máximo 15 oficinas.

Quantidade de pessoas por oficina: 10 jovens e 10 público em geral.

Metodologia: Essa é uma atividade organizada em torno de metodologias dialógicas, amparadas por informações prévias sobre cada tema tratado e pelo uso

de dinâmicas que gerem sistematizações sobre o que for decidido e encaminhamentos. Após as oficinas e a criação de uma rede local, ocorrerá o apoio técnico para exercitar a escrita de propostas, tendo por estímulo a seleção de projetos que serão fomentados diretamente. Esse processo visa não só ser selecionado, mas criar uma movimentação de pessoas na direção de concorrer a editais públicos e privados.

Procedimento: É preciso seguir rigoroso cumprimento de etapas, a saber:

- Consolidação de informações e mapeamento de experiências na região relacionadas ao objeto da atividade, tendo por referência o levantamento feito nos estudos preliminares à criação do programa.
- Organização das oficinas, seu conteúdo, produção de material didático e planejamento da mobilização para a participação nesses encontros.
- Execução das oficinas.
- Criação de uma rede de troca de saberes e parcerias.
- Elaboração do convite e apoio à escrita de propostas.
- Seleção de 1 proposta por município.
- Acompanhamento técnico da execução.

Atividade 2: Criação de uma rede de mutirões permaculturais

Descrição: Mutirões são atividades importantes para a Educação Ambiental com atuação prática no território, buscando sua sustentabilidade. Os mutirões permaculturais são fundamentais para reunir pessoas que querem conhecer e implementar sua filosofia (cuidado e zelo com a natureza e as pessoas, partilha justo, consumo sustentável, proteção à biodiversidade etc.), envolvendo ações de agrofloresta, reflorestamento, acolhimento, bioconstrução e saneamento ecológico. Além de uma ação de vistoria participativa de acompanhamento da origem do produto.

Finalidade: Promover a aproximação de pessoas afinadas com os princípios da permacultura para a realização de atividades que favoreçam a conservação da

PÚBLICA

biodiversidade e uma cultura da paz e integração entre humanos e com as demais espécies que coabitam a região. Para fins de integração e otimização das atividades, essa rede pode tomar como ponto de partida a rede prevista na atividade 1 do Eixo 3.

Duração: 1 ano para a criação da rede e mais 1 ano de apoio ao seu funcionamento.

Metodologia: Levantamento e identificação de pessoas interessadas e grupos de permacultura na região; identificação de outros grupos de permacultura no estado; promoção de uma reunião presencial para apresentação do PEA, definição dos objetivos de uma rede e seu funcionamento; apoio ao planejamento, dinamização da rede virtualmente e viabilização logística de ações do grupo ao longo de um ano.

9.4 - Eixo 4: Comunicação Social

Os processos comunicacionais são cada vez mais valorizados em projetos e programas de Educação Ambiental na gestão ambiental pública. Alguns motivos explicam essa valorização da comunicação na Educação Ambiental, pelo menos desde a publicação das ENCEA pelo Ministério do Meio Ambiente. O primeiro, diz respeito ao uso cada vez maior de redes sociais como meio para circular informações, gerar engajamento e mobilização social e formar opiniões. Outro motivo se refere à necessidade de informar rapidamente e de utilizar linguagens variadas para produzir sentidos sobre algo junto a um público de interesse. Um terceiro, se refere à necessidade de se criar bancos acessíveis de informações, conhecimentos e histórico de projetos e programas, como forma de dar publicidade ao que se faz e produzir, com isso, entre outras coisas, imagem positiva do PEA e favorável às UCs, em termos do caso do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF.

No entanto, é preciso distinguir o que é educação e o que é comunicação para que a sinergia buscada não gere confusão de expectativas sobre o que cabe a cada

uma dessas dimensões da vida humana. Ainda que o PEA e o PCS sejam feitos em sinergia e concomitantemente no caso do PEA das Faixas de Dutos RJ-NF, é preciso lembrar que ao PEA cabe formar pessoas no exercício da cidadania; e ao PCS cabe garantir a necessidade de informar sobre o empreendimento como um todo e manter canais de escuta de reclamações e sugestões vindas das comunidades.

A educação é uma prática social, processual, e remete à formação da pessoa em seu modo de ser no mundo. E é por isso, que diz respeito à criação e reprodução de conhecimentos, valores, habilidades, competências, atitudes e costumes. Assim, o conhecimento é a base da educação, mas o ato de conhecer e refletir sobre o que se conhece envolve aspectos relativos aos costumes, aos saberes e às culturas de um grupo social, aos sentidos que conferimos à existência, e aos sentimentos e emoções que temos.

A comunicação se refere à circulação de informações, opiniões e valores, ao ato de dar ciência pública de algo que existe, à produção de linguagens e sentidos, estabelecendo identidades e pertencimento.

São, portanto, dimensões complementares.

É importante destacar que o PCS, ao estar integrado ao PEA das Faixas de Dutos RJ-NF, não demanda uma atividade específica para além do previsto e descrito a partir do PEA. Na verdade, o cumprimento do PCS se constituirá no fluxo de informações sobre o conjunto de ações da Transpetro relativas à operação e manutenção dos dutos licenciados e sobre canais de diálogo entre empresa e comunidades. Assim, sempre haverá espaço para apresentações do que está sendo feito ou que foi feito em oficinas e formações variadas, nos materiais didáticos, nos boletins e nas mídias sociais. Além disso, igualmente se divulgará por estes meios os canais entre empresa e comunidades e outros que sejam úteis visando à proteção ambiental.

Um grupo de jovens mobilizados serão inseridos em todo o processo de filmagem, na elaboração do site e comunicação das redes sociais.

Atividade 1: Definição da identidade visual do conjunto de materiais produzidos no projeto

Descrição: A identidade visual é a primeira forma de identificação e aceitação de uma ação institucional que chega em um determinado território. Sua criação depende de diálogo entre os atores sociais envolvidos e de padronizações relativas a tamanho de letras, uso de cores, uso de logomarca etc.

Finalidade: Gerar identificação imediata no público direto e indireto do que é o PEA e seus objetivos, buscando empatia e envolvimento.

Metodologia: No primeiro semestre, equipe, gestores das UCs, proprietários de RPPNs, Transpetro, professores e lideranças comunitárias contatadas na etapa de diagnóstico, serão convidados para o processo de criação da logomarca e demais componentes que marcam a identidade visual. Será feita uma oficina de um turno em que palavras identificadoras serão utilizadas para que um especialista elabore uma proposta de logomarca, uso de cores e letras. Essa proposta será submetida à plenária em momento futuro, definindo-se o que será utilizado desse momento em diante.

Atividade 2: Criação de site e de Instagram

Descrição: Essa é uma atividade contínua, e por seu intermédio, se atualizam as mídias, divulgando atividades, resultados e conquistas, e se garante a publicização de um histórico de realizações do programa. No site, também se pode publicar textos mais densos sobre conteúdos e temas relacionados ao licenciamento ambiental, às ações da Transpetro relativas aos dutos licenciados e às UCs da região. No Instagram cabem mensagens mais curtas e que precisam de rápida atualização e interlocução com o público. Em ambos será mantido, enquanto cumprimento do PCS, postagens permanentes de informações relativas à legislação ambiental e canais, como o telefone 168, de denúncia de crimes

PÚBLICA

ambientais, além de crimes e desvios relacionados às faixas de dutos, como as derivações clandestinas, construções irregulares, incêndio etc.

Finalidade: Divulgar e publicizar informações, conhecimentos e atividades do programa, como forma de manter o público atualizado, ciente e motivado para acompanhar o programa e para conhecer temas relacionados ao licenciamento ambiental e à conservação da biodiversidade.

Quantidade: 1 site com pelo menos 1 atualização quinzenal; 1 Instagram com pelo menos uma atualização semanal.

Metodologia: Após a identidade visual do programa definida, o site e o Instagram serão criados, respeitando-se regras de informação, sob controle de um administrador definido pela equipe. Os acessos, perfil de público e engajamento serão acompanhados mensalmente, como forma de acompanhar a utilização desses instrumentos e a eficácia na comunicação com o público direto, indireto e demais interessados em Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

Atividade 3: Boletins informativos

Descrição: Com os boletins impressos se diversifica as formas de comunicar com o público, potencializando alcance. A experiência com PEAs indica que a mescla entre meios virtuais e impressos favorece o envolvimento de públicos variados, sendo que os materiais físicos costumam ser utilizados em situações variadas em reuniões comunitárias junto ao poder público e mesmo no processo de escolarização. Todo número do boletim conterá informações relativas ao que está sendo feito e relativas à legislação ambiental e canais de denúncia de crimes ambientais, contemplando as exigências do PCS.

Finalidade: Manter as comunidades, gestores de UCs e demais envolvidos cientes do andamento do programa, do que foi feito e seus resultados.

Quantidade: 10 exemplares para cada escola (16) – total: 160. 80 exemplares para o Conselho integrado e gestores – Total: 80. 5 exemplares para cada RPPN (21) – total 105. 10 exemplares para cada comunidade (21) – total: 210 exemplares. 5 exemplares para secretarias municipais estratégicas (11) – Total de 55 exemplares.

Resumo: 700 exemplares de cada número. O boletim será produzido em formato meio ofício, em 8 páginas.

Periodicidade: Quadrimestral.

Metodologia: Os boletins serão produzidos a partir do primeiro mês do segundo ano, após a criação da identidade visual, do site e do Instagram. Serão compostos por imagens e textos objetivos, de caráter informativo, sobre o andamento do programa, na forma de relatos, descrições e depoimentos. O boletim, como dito, terá uma seção fixa com alguma legislação ambiental com informações de utilidade pública, incluindo canais de denúncia de crimes ambientais.

Atividade 4: Vídeo-relatório e spots informativos

Descrição: A linguagem audiovisual se constituiu como sendo de ampla aceitação e capilaridade em trabalhos de Educação Ambiental. Em materiais com tempos variados, contudo, não extensos, é possível transmitir informações e mensagens estratégicas e relevantes para o público da região e demais interessados, mesmo em regiões distantes.

Finalidade: Gerar spots informativos de cada UC e vídeo-relatório da fase, que possibilitem o acompanhamento audiovisual do que está sendo feito e a atualização de informações importantes sobre o que se faz e o que acontece nas UCs.

Quantidade: 3 spots (um para cada UC) de 3 minutos por ano e 1 vídeo-relatório por fase.

Metodologia: No primeiro semestre do primeiro ano será elaborado um roteiro que conduzirá os registros audiovisuais e documentais que servirão a cada spot e ao vídeo-relatório.

9.5 RESUMO DOS EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO

EIXOS DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO E ATIVIDADES

Eixo 1: Inserção da Educação Ambiental no contexto escolar	
Atividade 1	Oficinas sobre conservação da biodiversidade local
Atividade 2	Visitas orientadas às UCs e RPPNs
Atividade 3	Ambientalização curricular e elaboração de projetos pedagógicos escolares
Eixo 2: Organização e participação social	
Atividade 1	Oficinas de preparação de conselheiros de UCs
Atividade 2	Oficinas sobre os impactos de gasodutos e de outros empreendimentos na região e seus efeitos sobre as UCs
Atividade 3	Oficinas sobre associativismo e cooperativismo e apoio técnico para o fortalecimento de associações locais
Atividade 4	Oficinas sobre acesso a Políticas Públicas Municipais, Estaduais e Federais
Eixo 3: Práticas Sustentáveis	
Atividade 1	Apoio Técnico e fomento a práticas culturais e econômicas sustentáveis a Produtores Rurais
Atividade 2	Criação de uma rede de mutirões permaculturais
Eixo 4: Comunicação Social	
Atividade 1	Definição da identidade visual do conjunto de materiais produzidos no projeto
Atividade 2	Criação de site e de Instagram
Atividade 3	Boletins informativos
Atividade 4	Vídeo-relatório e spots informativos

Tabela 4: Resumo dos Eixos de atuação no território e atividades

PÚBLICA

10. CRONOGRAMA FASE 1 (3 ANOS)

Eixos/Atividades	Meses/Anos																																		
	ano 1												ano 2												ano 3											
Contratação da equipe após aprovação do Plano de Trabalho																																			
Formação da equipe em diálogo com ICMBio, Transpetro e INEA																																			
Eixo I																																			
Atividade 1: Oficinas sobre conservação da biodiversidade																																			
Contato e articulação com secretarias e direção das escolas. Definição dos participantes.																																			
Realização das oficinas																																			
Atividade 2: Visitas Orientadas às UCs e RPPNs																																			
Definição das RPPNs que participarão																																			
Verificação em campo das condições para realização das visitas																																			
Planejamento logístico, material e de cronograma das visitas																																			
Organização dos encontros pré-visitas																																			
Realização de encontros pré-visitas																																			
Realização das visitas																																			

PÚBLICA

Eixos/Atividades	Meses/Anos																																							
	ano 1												ano 2												ano 3																
Avaliação do primeiro ciclo de visitas																																								
Organização do segundo ciclo																																								
Realização de encontros pré-visitas																																								
Realização das visitas																																								
Avaliação do segundo ciclo																																								
Atividade 3: Ambientalização curricular e elaboração de projetos pedagógicos escolares																																								
Articulação e aprovação da proposta junto às secretarias de educação e direção de escolas interessadas																																								
Estudo situacional das unidades aderentes																																								
Produção de materiais didáticos																																								
Realização de curso																																								
Encontros de acompanhamento																																								
Avaliação final da atividade																																								

PÚBLICA

Eixos/Atividades	Meses/Anos																																			
	ano 1												ano 2												ano 3											
Eixo II																																				
Atividade 1: Oficinas de preparação de conselheiros de UCs																																				
Preparação das oficinas e definição de datas																																				
Realização das oficinas																																				
Atividade 2: Oficinas sobre os impactos de gasodutos, oleodutos e de outros empreendimentos na região e seus efeitos sobre as UCs																																				
Preparação das oficinas e mobilização																																				
Realização das oficinas																																				
Atividade 3: Oficinas sobre associativismo e cooperativismo e apoio técnico para o fortalecimento de associações locais																																				
Preparação das oficinas e respectivos material didático																																				
Mobilização																																				
Realização das oficinas																																				
Seleção de coletivo comunitário para apoio técnico																																				
Apoio técnico																																				

PÚBLICA

Eixos/Atividades	Meses/Anos																																	
	ano 1												ano 2												ano 3										
Atividade 4: Oficinas sobre acesso a Políticas Públicas Municipais, Estaduais e Federais																																		
Preparação das oficinas e respectivos material didático																																		
Mobilização																																		
Realização das oficinas																																		
Eixo III																																		
Atividade 1: Apoio Técnico e fomento a práticas culturais e econômicas sustentáveis a Produtores Rurais																																		
Consolidação de informações e mapeamento de experiências																																		
Organização das oficinas, seu conteúdo, produção de material didático e mobilização para a participação nesses encontros																																		
Execução das oficinas																																		
Criação de uma rede de troca de saberes e parcerias																																		
Elaboração do convite e apoio à escrita de propostas																																		
Seleção de 1 proposta por município																																		
Acompanhamento técnico da execução																																		

PÚBLICA

Eixos/Atividades	Meses/Anos																																							
	ano 1												ano 2												ano 3																
Atividade 2: Criação de uma rede de mutirões permaculturais																																								
Levantamento e identificação de pessoas interessadas e grupos de permacultura na região																																								
Identificação de outros grupos de permacultura no estado																																								
promoção de uma reunião presencial para apresentação do PEA, definição dos objetivos de uma rede e seu funcionamento																																								
viabilização logística de ações do grupo e dinamização do grupo virtualmente.																																								
Eixo IV																																								
Atividade 1: Definição da identidade visual do conjunto de materiais produzidos no projeto																																								
Dinâmica ampliada para definir palavras e imagens que identificam o programa																																								
Proposta inicial de identidade visual																																								
Definição da identidade visual com ICMBio e Transpetro																																								
Apresentação da identidade visual para atores envolvidos																																								
Confecção de materiais para utilização pela equipe e nas atividades																																								

PÚBLICA

11. EQUIPE TÉCNICA** MÍNIMA OBRIGATÓRIA

	Quadro de profissionais	*Carga horária*
Programa de Educação Ambiental - PEA e Comunicação Social - PCS	*Coordenador Geral*	*Full Time/ Aproveitamento para os dois programas*
	Consultor Ambiental Sênior Especialista em EA e Licenciamento	
	Comunicador Social 1	
	Comunicador Social 2	
	Webdesigner	
	Educador Ambiental especialista em práticas pedagógicas	
	Educação Ambiental especialista em Políticas Públicas, Associativismo e cooperativismo	
	Educador Ambiental especialista e práticas sustentáveis	
	Especialista em Agroecologia, Permacultura, Turismo de base comunitária	*120h*
	Especialista em funcionamento de conselhos gestores	*40h*

** A equipe técnica será única para o Programa de Educação Ambiental (PEA) e Comunicação Social (PCS)

Tabela 6: Equipe técnica

PÚBLICA

ANEXO I

PÚBLICA

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

Tamanho máximo: 25 páginas, excluindo capa, cronogramas físico-financeiro, e anexos

PLANO DE TRABALHO
- Título
- Sumário
- Introdução: Contexto que situa a escrita do Plano de Trabalho; aspectos históricos e processuais que orientam o Plano e permitem indicar o momento de execução do PEA e o que deste está sendo atendido.
- Recorte Espacial: Área de atuação direta ou indireta das atividades na fase.
- Público: Direto – Participantes das atividades executadas; Indireto – beneficiários que se espera alcançar com a plena execução de cada atividade.
- Objetivos: Geral – aquilo que se pretende alcançar de modo verificável e que orienta outras intencionalidades expressas em objetivos específicos. Específicos – expressam desdobramentos do objetivo geral, trazendo especificidades que precisam ser alcançadas para garantir a realização global de um Eixo. Esses objetivos indicam a especificidade do Plano de Trabalho e respectiva fase do PEA. Devem, portanto, estar em sintonia com os objetivos do próprio PEA.
- Metodologia Consolidada: Descrição detalhada de cada atividade, por Eixo, respectivos momentos de execução e procedimentos metodológicos escolhidos.
- Resultados Esperados e Metas: Tabela com resultados e metas por objetivo específico.
- Indicadores e meios de verificação: Indicadores de eficiência e eficácia (desempenho), conforme orientação contida no corpo do PEA.
- Equipe Técnica: Composição multidisciplinar da equipe, com atribuições explicitadas e correspondente formação e experiência profissional; organograma de funcionamento; e descrição de como se dará a gestão de pessoas.
- Cronograma físico e financeiro: Composto pela itemização e sequência das atividades ao longo do tempo total da fase, incluindo sua avaliação e planejamento de fase futura, se for o caso. Inserção de cronograma de desembolso correspondente.

Tabela 7: Modelo de Plano de Trabalho